

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.498 - AM (2020/0061292-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : KATIANE DAVILA DA ROCHA
RECORRENTE : CRISTIANE D AVILA DA ROCHA
ADVOGADO : ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA - AM008894
RECORRIDO : FRANCISCO MILTON DE LUCENA
RECORRIDO : ODETE DAVILA LUCENA
ADVOGADOS : GEORGE CARLOS BARROS CLAROS - AC002018
GABRIEL BRAGA DE OLIVEIRA CLAROS - AC004387

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por KATIANE DAVILA DA ROCHA E OUTRA, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL.

RECURSO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIDO.

I - O prazo para interposição da apelação é de 15 dias úteis (Art. 219 c/c art. 1.003, §5º, ambos do NCPC).

II - Recurso que foi protocolizado fora do prazo. Uma vez intempestivo, não há como se conhecer da apelação.

III – Recurso não conhecido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte insurgente apontou que o acórdão recorrido violou o teor do artigo 489, § 1º, IV do CPC, porquanto "não enfrentou as argumentações das Recorrentes, concernentes a duplicidade de publicação, que certamente afastaria a reconhecimento da intempestividade". Também suscitou dissídio jurisprudencial sobre o mesmo tema.

Contrarrazões às fls. 398-409, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem admitiu o apelo ascendendo os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Em relação à violação ao artigo 489, § 1º, IV do CPC, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia.

Destaque-se, por oportuno, que a questão referente à duplicidade de publicação e à intempestividade do recurso de apelação foi objeto de expressa e pormenorizada manifestação pela Corte local quando do julgamento dos embargos de declaração, consoante denotam os seguintes excertos:

No caso em testilha não prospera a irresignação dos embargantes, pois, não

se cogita de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão vergastado que decidiu o feito nos termos do que consta dos autos, ou seja, depreende-se dos autos tão somente uma certidão a de fls. 249 onde se constata que a sentença foi disponibilizada no Diário Eletrônico em 13.05.2019 (segunda-feira), considerando-se, nos termos da nossa legislação processual civil, como data da publicação da sentença o primeiro dia útil subsequente, qual seja, dia 14.05.2019 (terça-feira), sendo o primeiro dia da contagem do prazo de 15 dias para interposição do recurso de apelação (Art. 219 c/c art. 103, §50 do CPC/2019), o dia 15.05.2019 (quarta-feira), e, terminando no dia 04.06.2019 (terça-feira).

E, examinando tanto os autos do processo em epígrafe de nº 0006037-94.2019.8.04.0000 (Interdito) e processo nº 0608651-25.2016.8.04.0001 (Reivindicatória), verifico que foram expedidas para cada feito uma Nota de Expediente, dando ciência da sentença conjunta uma (cf. fls. 249 processo n.

0006037-94.2019 e fls. 249 processo n. 0608651-25.2016) as quais de igual modo consta como data da disponibilização da sentença no diário eletrônico em 13.05.2019 e prazo iniciando em 15.05.2019).

Outrossim, diligenciando no SALLO Grau nos autos do processo nº 0603707-77.2016.8.04.0001 (Ação Anulatória), de fato depreende-se intimação da mesma sentença conjunta, contudo, com a data da disponibilização do DE 14.05.2019 fls. 15, todavia, verifica-se possuir idêntico teor das outras duas intimações constante dos autos dos processos 0006037-94.2019.8.04.0000 e processo nº 0608651-25.2016.8.04.0001 que subiram para esta Corte ad quem, e na mencionada intimação da sentença conjunta nada se verifica sobre eventual restituição do prazo para recorrer para as ora embargantes. Logo a irresignação dos embargantes não prospera prevalecendo a intimação constante nos autos dos processos nºs 0006037-94.2019.8.04.0000 e processo nº 0608651-25.2016.8.04.0001 às fls. 249.

Ademais das intimações não se depreende erro da secretaria da Vara, e aplicando-se o distinguens ao caso concreto inaplicável o precedente do STJ informado pelos embargantes.

Assim, inexistindo qualquer vício na publicação da sentença, considera-se válida a primeira publicação da sentença constante às fls. 249 dos autos dos processos nºs 0006037-94.2019 e processo nº 0608651-25.2016 que não foi alterada pela terceira publicação de igual teor de fls. 344 dos autos do processo baixado nº 0603707-77.2016.8.04.0001 (fls. 15 destes aclaratórios).

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal local, **que apreciou todas as questões que lhe foram postas de forma suficiente**, embora não tenha acolhido o pedido da insurgente em sede de embargos de declaração.

A propósito, é entendimento pacífico deste Superior Tribunal que o magistrado não é obrigado a responder a todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL.

AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO INTEGRAL DO PREÇO. PREVISÃO CONTRATUAL. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE. DISCUSSÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADOS 5 E 7 DAS SÚMULAS DO STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, devem ser afastadas as alegadas ofensas ao artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015.

[...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1348076/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019)

2. Outrossim, em relação ao dissídio jurisprudencial alegado, denota-se que a parte recorrente não indicou os dispositivos legais que teriam sido violados, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia e, por sua vez, caracteriza a deficiência na fundamentação do recurso, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

Esta Corte tem orientação no sentido de que não tendo sido feita a indicação **clara e precisa** dos dispositivos de lei federal tidos por violados ou **em torno dos quais haveria a divergência jurisprudencial**, evidencia-se a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido, transcreve-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FULCRO NA ALÍNEA "C" DO ART. 105, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF.

[...]

2. A **jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal determina que na interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional é preciso particularizar o dispositivo de lei federal violado para a análise da divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorrido e paradigma. A falta deste pressuposto recursal enseja deficiência na fundamentação e inviabiliza do conhecimento do apelo nobre, ante a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".**

3. **"Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea "c" do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial" (...) "A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na**

medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial" (AgRg no REsp 1346588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 17/03/2014).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 887.907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 19/09/2016) [grifou-se]

3. Do exposto, com base no art. 932 do NCPC e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator